

ATA DA 020ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 16 DE JULHO DE 2014  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES  
PONTICELLI

Às 16:30h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Carlos Stüpp - Daniel Tozzo - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Paulo França - Renato Hinnig - Reno Caramori - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final ao Projeto de Lei n. 0329/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final ao Projeto de Lei n. 0079/2014.

Não há emendas à redação final.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0105/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0166/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0031/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0169/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0164/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0120/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Resolução n. 0003/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0392/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0082/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0564/2013.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0102/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0121/2014.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu gostaria de fazer um registro especial para um colega desta Casa, o deputado licenciado Gelson Merisio.

Seja bem-vindo, sr. deputado, a Casa fica lisonjeada com a sua presença!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Feito o registro da presença do nosso sempre presidente desta Casa, deputado Gelson Merisio.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 367, 368, de autoria do deputado José Milton Scheffer; 369, 370, de autoria do deputado Reno Caramori; 371, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 372, de autoria do deputado Renato Hinnig; 373, de autoria do deputado Neodi Saretta; 374, de autoria do deputado Mauro de Nadal.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 666, 671, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt; 667, 670, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 668, de autoria do deputado Aldo Schneider; 669, de autoria do deputado Edison Andrino; 672, de autoria do deputado Reno Caramori; 673, 674, 675, de autoria do deputado Ciro Roza.

Moção n. 71, de autoria do deputado José Milton Scheffer, a ser enviada ao ministro da Saúde e ao presidente da Câmara dos Deputados, apelando por urgência na tramitação do Projeto de Iniciativa Popular n. 0321/2013, que visa alterar dispositivos da Lei Complementar n. 0141/2012, com o objetivo específico de garantir a aplicação pela União de montante igual ou superior a 10% de suas receitas correntes brutas para a saúde pública.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 72, de autoria do deputado Antônio Aguiar, a ser enviada à presidente da República e ao ministro da Saúde, apelando por remuneração do procedimento de analgesia de parto repassada pelo

SUS às maternidades, bem como pela remuneração condigna dos anesthesiologistas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 73, de autoria da deputada Angela Albino, a ser enviada ao presidente da Câmara dos Deputados e ao presidente do Senado Federal, manifestando apoio à aprovação do Projeto de Lei n. 4.238/2012, que dispõe sobre o piso nacional de salário dos empregados em empresas particulares que explorem serviços de vigilância e transporte de valores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 74 de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada aos policiais militares João Ostrogurski e Enio Heidemann, manifestando aplausos pela excelência no desempenho de suas funções no 12º Batalhão de Polícia Militar, em Itapema.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 75, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviada ao cabo Natalino de Jesus Fakievica, do 12º Batalhão da Polícia Militar, em

Itapema, manifestando aplausos por atitude heróica ao salvar vida de estudante.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente e srs. deputados, quero agradecer as manifestações de congratulações pelo aniversário, no dia de hoje. Que Deus possa nos iluminar para as próximas milhas.

Quero parabenizar, deputado Gilmar Knaesel, pela forma como conduziu a LDO, dizer que esta Casa cumpre sua missão nesta etapa da Lei de Diretrizes Orçamentárias e que de fato o Executivo possa cumprir aquilo que foi proposto nas inúmeras audiências públicas em que debatemos as demandas de cada região do estado de Santa Catarina.

Registro também, sr. presidente e srs. deputados, a satisfação de ter participado da semana de conscientização sobre o uso indevido de substâncias psicoativas, no município de Campos Novos, parabenizando o Comad daquela cidade, e também membros do nosso Conen - Conselho Estadual de Entorpecentes -, os quais se fizeram presentes. Foi uma concorrida audiência pública, onde pudemos também discutir e debater a questão da drogadição no meio-oeste catarinense, a partir daquele município.

Parabenizo, da mesma forma, o prefeito e os srs. vereadores que estavam presentes neste evento pela maneira como organizaram, juntamente com o Comad, esta semana e pelo debate que foi realizado naquele seminário através de mesa redonda.

E por falar na questão das drogas, eu gostaria de fazer dois registros. Primeiramente, quero

orientar as nossas comunidades terapêuticas que ainda não estão acreditadas, este é o termo técnico que a Fapesc está utilizando, ao Programa Reviver, que agora no próximo dia 25 de julho será aberto o edital para a segunda chamada de comunidades terapêuticas de Santa Catarina.

Nós estamos com 70 comunidades, hoje, acreditadas ao programa e vamos abrir outras vagas para chegarmos a uma centena de comunidades oferecendo mil vagas em nosso estado.

Portanto, quero alertar as comunidades terapêuticas para que estejam atentas ao edital que estará à disposição no próximo dia 25 de julho, até o dia 5 de agosto, no site da Fapesc, Programa Reviver.

Por falar nesta questão de drogadição, eu li com muita atenção a seguinte manchete da revista *Ultimato*: "Crack: o monstro de boca aberta".

Há algumas informações que eu rapidamente gostaria de compartilhar sobre essa questão muito bem pontuada pelos redatores dessa revista em que este assunto foi manchete de capa. De fato, nós não podemos por panos quentes nesta questão, não podemos ficar de braços cruzados, não podemos ser ingênuos quanto isso. Esse monstro de fato existe e se chama *crack*, um monstro muito mais perigoso do que os seus primeiros irmãos, a maconha, o ópio, a cocaína, o álcool, que tem destruído vidas.

O Conselho Nacional de Justiça, falando e comentando sobre a questão do *crack*, traz uma informação interessante que eu gostaria de compartilhar no relatório dessa cartilha sobre o *crack*, como disse, elaborada por este Conselho:

(Passa a ler.)

"Com custo relativamente baixo e alto potencial para gerar dependência química, o *crack* é, dentre as substâncias entorpecentes, aquela que tem causado as consequências mais nefastas em nossa sociedade. A droga atinge grave e diretamente a saúde física e mental dos usuários. Mais do que isso, e de forma muito rápida, debilita laços familiares e relações sociais. Nesta medida, constitui indiscutível fator de

aumento das taxas de criminalidade, violência e outros problemas sociais."

Seria desnecessário falar das consequências do uso do *crack*, mas vale a pena relembrar o seguinte:

(Continua lendo)

"Segundo a bióloga Mariana Araguaia, 'cerca de 30% dos usuários [de *crack*] perdem a vida em um prazo de cinco anos - ou pela droga em si ou em consequência de seu uso (suicídio, envolvimento em brigas, 'prestação de contas' com traficantes, comportamento de risco em busca da droga)'".

E mais do que isso, o *crack* não é apenas uma droga que mata, mais é uma droga, por incrível que pareça, que tem o poder de mentir. Ele promete fornecer ao usuário sensações de grande prazer, de grande euforia, de extrema autoconfiança, de poder e de ausência de cansaço. E cumpre a sua palavra, só que tudo isso em apenas cinco minutos de conforto, cinco minutos de êxtase, cinco minutos de euforia, e lá se vai tudo o que o *crack* pode oferecer. O *crack* esconde o que vem junto com ele: a agitação, a irritabilidade, as alterações de percepção e de pensamento, a taquicardia, os tremores, a perda de apetite e de sono, a perda da saúde e, em alguns casos, naturalmente a perda da vida.

De fato o *crack* escraviza, destrói as famílias e cobra um preço altíssimo dos seus usuários. A dependência química afasta as pessoas dos pais, dos cônjuges, dos filhos. Segundo a Organização Mundial da Saúde, para cada dependente de *crack* ele adocece em torno de si pelo menos 29 pessoas. E é essa dependência que acaba forçando o usuário às vezes a ser de fato um agente da criminalidade.

É claro que o *crack* está presente em todas as cidades. Não há cidade em Santa Catarina e no país onde o *crack* já não tenha chegado. E, apesar das leis, da repressão, da vigilância, da polícia, das prisões, da propaganda contrária, das mortes, das lágrimas, das mães e do desespero dos pais, o *crack* tem sido cada vez mais consumido em nosso país e, por que não dizer, na nossa amada Santa

Catarina. Segundo dados da Senad, são 40 mil usuários de *crack* em Santa Catarina.

De dezembro de 2011 a dezembro de 2013, a informação dessa revista é de que o governo federal gastou R\$ 2 bilhões em todo país só com o programa *Crack*, é Possível Vencer. E até o final deste ano pretende-se gastar mais de R\$ 4 bilhões que serão investidos no programa. E mesmo assim estamos com, pelo menos, um milhão de usuários de *crack* em nosso país.

No início deste ano algumas iniciativas deixaram-nos preocupados, como no Uruguai e nos Estados Unidos. Mas continuamos sintonizados com aquilo que a própria ONU - Organização das Nações Unidas - diz, e que todos nós já sabemos: que a liberação da maconha é um eficaz trampolim para outras drogas, inclusive o *crack*, sobretudo entre os jovens, porque, diz o relatório, potencializa o número de consumidores, já que não haveria mais o efeito inibidor da forma como é tratado o *crack* no convívio social ou mesmo o receio de se cometer algo ilegal.

Por tudo isso continuamos, e essa reportagem apenas reforça a nossa posição, na nossa cruzada, na nossa postura e, por que não dizer, na nossa batalha por uma Santa Catarina sem drogas e livre do *crack*.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas e público que nos acompanha, queremos, primeiro, falar nesta tribuna sobre duas comemorações, e depois aproveitaremos este momento do término do da Copa do Mundo para falar um pouco sobre os resultados desse grande evento para o nosso país, para o povo brasileiro e para a economia.

Primeiro falarei de duas comemorações. Estamos iniciando o Cadastro Ambiental Rural em Santa Catarina, uma ação articulada no novo Código Florestal Brasileiro que trouxe o CAR que facilita

a vida da agricultura familiar para que todos os agricultores familiares, dentro de um ano, possam se cadastrar e estar em dia com as suas questões ambientais. E esse cadastro não vai ter custo para os nossos agricultores.

Então, essa é uma das grandes conquistas dos últimos anos. Devemos ter, em Santa Catarina, srs. deputados, 350 mil propriedades que vão-se cadastrar e colocar em dia com as questões ambientais.

É bom lembrar que antes do CAR era feito todo um processo extremamente burocrático e que havia um custo muito alto para os nossos agricultores fazer toda essa burocracia e a averbação da reserva legal.

Inclusive, tivemos várias audiências junto ao Tribunal de Justiça do Estado, com a Corregedoria de Justiça, para tratar do tema da transferência de escritura e averbação da reserva legal.

Então, isso agora também já se resolveu na grande maioria dos municípios, mas ainda tivemos informações de alguns cartórios que ainda não estão aceitando esse cadastro, essa forma para a transferência de escritura que nós entendemos perfeitamente legal, legítima, e que precisa ser ainda resolvida, e é disso que estamos tratando.

A segunda grande conquista é que tivemos, hoje, a informação de que o ministério da Saúde destinará mais R\$ 4 milhões para o governo do estado de Santa Catarina, que serão aplicados em cirurgias eletivas.

Então teremos mais um grande número de catarinenses que serão beneficiados, sendo que a união, o governo federal, mais uma vez participa com recursos extras para Santa Catarina, além dos recursos que já estão vindo para o estado pelo SUS para fazer essas cirurgias para o povo catarinense.

Portanto, essa é mais uma grande conquista. Ao todo são R\$ 67,2 milhões destinados para cirurgias eletivas no Brasil e Santa Catarina recebe uma boa fatia disso, que são R\$ 4 milhões que serão repassados para o governo poder auxiliar nessas cirurgias eletivas no nosso estado.

Mas quero abordar o assunto principal da minha fala, hoje. Nesses últimos meses, especialmente a grande mídia nacional, trouxe informações pregando o caos na Copa do Mundo no Brasil. Felizmente, o povo brasileiro deu um grande exemplo e fez um grande *show* nos estádios do Brasil, contrapondo, inclusive, àqueles que apostaram e torceram não contra a Copa, mas contra o Brasil. Chegamos ao ponto, inclusive, de passar por situações onde setores da elite brasileira tentaram esvaziar a festa, não colocando bandeiras, camisas para que o povo pudesse comemorar com esta animação como foi comemorada esta Copa do Mundo.

Outra questão importante é que até o presente momento, com a fiscalização e o acompanhamento do Tribunal de Contas da União, o ministério Público e todos os órgãos de fiscalização e acompanhamento não tiveram nenhuma denuncia de desvios de todos esses investimentos que foram feitos nesses belos estádios, que ficarão como grandes investimentos de infraestrutura. Chegaram a fazer toda esta campanha contra os investimentos na Copa, sendo que grande parte dos recursos, a grande maioria, será devolvida, porque são empréstimos do BNDES para as empresas que construíram os estádios.

Então, o povo brasileiro dá esse grande *show* na Copa do Mundo. Setores da economia, trabalhadores se beneficiaram. Foram abertos um milhão de empregos gerados na Copa do Mundo, e torno de 15% dos empregos gerados durante o governo da presidente Dilma, R\$ 30 bilhões injetados na nossa economia pela realização dessa Copa.

Tivemos lendo algumas reportagens, matérias que foram construídas por vários setores, organizações que nos chamam atenção, e o Brasil, de fato, foi premiado pela responsabilidade, pela ousadia do nosso presidente Lula em trazer a Copa das Confederações ao Brasil, que já injetou em torno de R\$ 8 bilhões na economia brasileira. A Copa do Mundo mostrou o Brasil para o mundo. Foi acertado realizar a copa em 12 regiões diferentes. Portanto, as pessoas que vieram, mais de 600 mil estrangeiros, passaram por todas as regiões onde

foram realizados os jogos, mostrando as nossas belezas naturais, o nosso potencial econômico, trazendo empresários, que não vieram somente para acompanhar a Copa, mas para fazer negócios.

Então, se fez muitos negócios durante esse período. O turismo brasileiro, não apenas durante a Copa do Mundo, mas para o futuro, vai receber muitos investimentos, muitas pessoas que vem para cá, como é o caso da Alemanha, que ficou hospedada e criou uma sede na Bahia, conhecendo bem melhor a região, o nosso litoral brasileiro. E muitos turistas no futuro virão para o Brasil porque conhecerão as belezas através da realização da Copa. Vamos ter outro grande evento no ano que vem, que são as olimpíadas.

Então, parabéns ao povo brasileiro, em primeiro lugar; parabéns ao nosso ex-presidente Lula, que teve a coragem e a ousadia de assumir, já lá atrás, que o Brasil tem a capacidade de fazer uma grande Copa do Mundo. Por isso, a imprensa nacional, durante uma pesquisa realizada, elogiou o grande potencial, a grande capacidade dos voluntários que ajudaram na realização da Copa, eleita como uma da melhor Copa desses anos todos.

Então, gostaria de trazer esse assunto, na tarde de hoje, com uma grande alegria. Infelizmente, a nossa Seleção não se saiu tão bem quanto o governo, ela não deu a devida resposta que o povo brasileiro deu, que o nosso governo deu com os grandes investimentos que fez e que, como diz a nossa presidente, não serão levados embora pelos turistas nas suas malas, vão ficar onde estão, a exemplo da estrutura do aeroporto de Brasília, de Guarulhos, de São Paulo, e tantos outros aeroportos que tiveram grandes investimentos e que vão agora ficar para atender, da melhor forma possível, o povo brasileiro.

Chamou-me atenção um dado do Sebrae nacional, que fez um grande investimento em preparar as nossas microempresas para atender, trabalhar, produzir e colocar produtos à disposição dos nossos turistas e dos participantes da Copa do Mundo. Segundo o Sebrae, temos um dado de que

tivemos um investimento, um ganho das próprias microempresas em torno de R\$ 700 milhões durante a Copa do Mundo. Portanto, é um resultado econômico também das nossas micro e pequenas empresas.

Para encerrar a minha fala sobre esse grande momento que o Brasil viveu na Copa do Mundo, quero dizer que, com certeza, o mundo enxerga o Brasil, neste momento, de forma diferenciada. O nosso país, infelizmente, era conhecido somente pela violência, por ser o país do futebol, do carnaval, mas agora o Brasil mostrou as suas belezas naturais, a sua economia, o seu potencial de investimento para o trabalho e a condição especialmente do seu povo.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch. Ainda em Explicação Pessoal, o próximo orador inscrito é o deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, o próximo orador inscrito é o deputado José Milton Scheffer, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado Kennedy Nunes, que preside esta sessão, srs. deputados, quero falar, na tarde de hoje, primeiramente, sobre as nossas duas indicações, que foram aprovadas no plenário desta tarde. A primeira delas diz respeito ao quadro de pessoal da secretaria de estado da Agricultura e da Pesca, da Cidasc e da Epagri, do nosso estado.

Nós vimos aqui, deputado Reno Caramori, hoje, vários deputados falarem da pujança da nossa agricultura, da nossa exportação. E tudo isso tem um nascedouro na ciência, na assistência técnica, na ciência agrícola e na pesquisa de Santa Catarina.

Hoje, o nosso estado é livre na produção de alimentos, exporta carnes de suínos, de frangos para diversos países do mundo. Enfim, temos metas que nos orgulham muito. Com apenas 1% do território nacional somos o sexto produtor nacional de alimentos, de forma que acreditamos

que o estado necessita, neste momento, rever a sua estrutura para desenvolver ainda mais a pesquisa e estabelecer políticas públicas para o meio rural. Nós não podemos abandonar, de forma nenhuma, a ciência e a tecnologia, são elas responsáveis pela qualidade, pela pujança da agricultura familiar.

Na Indicação n. 367/2014, solicitamos ao governo do estado a realização de concurso público para a secretaria da Agricultura e Pesca, pois o número de servidores daquela secretaria não é suficiente para atender todas as demandas do estado. Temos aqui o ex-secretário da Agricultura, deputado Moacir Sopelsa, que falava há pouco em seu pronunciamento que hoje não temos pessoas para fiscalizar as diferentes barreiras. Há técnicos que param os veículos que entram do Paraná e Santa Catarina, mas a Cidasc não tem técnico para fiscalizar os produtos com conhecimento suficiente, médicos veterinários, zootecnista e engenheiros agrônomos.

Isso tudo tem uma raiz. A secretaria da Agricultura possui hoje 110 funcionários, servidores, desses, 69 são cedidos da Epagri e da Cidasc e estão prestando serviço para a secretaria da Agricultura; 27 são comissionados, muitos deles não têm vocação nem conhecimento para ocupar algumas funções que ali estão; e somente 18 funcionários são efetivos da secretária da Agricultura.

Esse número, deputado Reno Caramori, de Caçador, demonstra que a secretaria está com o seu quadro defasado nos últimos anos. Não existe um Plano de Cargos e Salários e isso desestimula. Um estado que se orgulha da produção agrícola não pode ter uma secretaria da Agricultura e da Pesca com apenas 18 funcionários efetivos. É necessário que a secretaria da Agricultura, que o governo do estado, de uma vez por todas, restabeleça um Plano de Cargos e Salários para a secretaria da Agricultura reenquadrando ela no eixo de outras secretarias, como a de Administração e tantas outras, mas que faça concurso público restabelecendo um quadro técnico necessário.

A outra indicação que fizemos na tarde de hoje e submetemos a este Parlamento foi a Indicação n. 0368/2014, pedindo que o governo do estado agilize o fechamento do acordo coletivo de trabalho da Epagri e da Cidasc.

Nós já estamos entrando no mês de agosto, passou o período eleitoral e, mesmo assim, os funcionários da Cidasc, da Epagri, todos eles, desde o administrativo ao mais qualificado técnico de uma estação experimental, não têm ainda o acordo coletivo de trabalho assinado, causando um transtorno muito grande para os funcionários, perdas financeiras irrecuperáveis e também prejuízo para os nossos agricultores, porque o funcionário desestimulado não produz a mesma coisa e demonstra mais uma vez também a falta de sensibilidade do governo do estado com os servidores da Agricultura, da Epagri, que têm uma história de mais de 40 anos, que formou toda a base da agricultura familiar e que hoje orgulha Santa Catarina como um dos estados que mais exporta uma série de produtos.

Por isso, no nosso entendimento, ao postergar a assinatura do acordo coletivo de 2014, o governo do estado demonstra falta de prioridade no setor agrícola, falta de consideração com funcionários graduados, funcionários de serviço, de campo, que fazem a diferença para o agronegócio e para a agricultura familiar catarinense.

Por que exportamos carne de frango, carne de suíno, carne de gado? Por causa da sanidade animal, deputado Reno Caramori, v.exa. que já viajou para o Japão sabe do conceito que tem a nossa agricultura lá, construída ao longo dos anos pela Cidasc, e esses mesmos funcionários que dão condições para que a agroindústria possa exportar, não têm o reconhecimento ao assinar um acordo coletivo que nem tem um aumento salarial significativo, apenas para reposição da inflação. Os salários da agricultura, de maneira geral, estão muito defasados neste estado, não condizem com a qualidade de serviços prestados pelos servidores da Epagri, da Cidasc, da secretaria da

Agricultura, não fazem justiça à pujança dos nossos funcionários.

Por isso, deputado Reno Caramori, v.exa. que é ligado ao setor, sabe que Caçador que tem uma estação experimental da Epagri que muito nos orgulha.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Ouço o seu aparte com muito orgulho.

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado José Milton Scheffer, v.exa. tem toda razão e sua fala é pertinente, pois há poucos dias conversava com o governador juntamente com o pessoal da secretaria, assim que o dr. Airton Spies, um grande técnico e conhecedor da área, assumiu a secretaria. Trocamos ideia e o governador foi taxativo dizendo que reconhece a deficiência que temos nesse setor, mas já conseguimos acertar o problema da Cidasc, a brincagem, o problema do GTA eletrônico, o problema do GTA do cavalo, que antes não tinha, o GTA do boi, acertamos um monte de probleminhas para favorecer todo esse processo administrativo da Cidasc e da Epagri.

Temos um grande mestre lá em Caçador onde trocamos muitas ideias, o dr. Petri, que me mostra também o avanço que já houve na Cidasc, mas ainda restam setores que realmente têm que ser revistos urgentemente.

No governo passado v.exa. lembra o quanto frisei a questão da manutenção da Epagri e da Cidasc. Cheguei a dizer que temos que cuidar da Epagri e dos técnicos como cuidamos da nossa mulher: com muito carinho, com muita responsabilidade, dando tudo o que é possível e o que precisam para manter de pé essas duas empresas. Sabemos da responsabilidade, viajamos bastante com o setor cooperativista, que é um dos grandes baluartes nessa área da manutenção, do cuidado, não apenas com a genética, mas na defesa sanitária animal e vegetal.

Podem ter certeza de que o governo está muito preocupado, e eu falava há poucos dias também com o sr. Herman que me dizia estar com um problema

sério para resolver, mas tem que achar uma solução porque esse pessoal não pode ficar perecendo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Obrigado, deputado Reno Caramori, nos próximos dias está previsto uma paralisação, inclusive do serviço de inspeção da Cidasc, de fiscalização, que pode, sem dúvida nenhuma, prejudicar muito as exportações de carne e de outros produtos de Santa Catarina.

Então, é um gesto simples e queremos, dessa tribuna, sensibilizar todos os envolvidos para que se assine, o mais rápido possível, esse acordo coletivo.

Outro assunto que gostaria de citar, na tarde de hoje, é a aprovação na Lei de Diretrizes Orçamentárias, mais especificamente, uma emenda de nossa autoria, que propõe junto com a LDO, a criação de um programa para compensação aos hospitais filantrópicos de Santa Catarina, principalmente aos hospitais que atendem a baixa e a média complexidade no estado, pela grande defasagem. Durante um ano os hospitais filantrópicos de Santa Catarina têm uma defasagem na ordem de R\$ 400 milhões pela não atualização da tabela do SUS na prestação de serviço de média e baixa complexidade.

Quero agradecer a todos os membros da comissão de finanças pela aprovação dessa emenda de nossa autoria que permite junto ao Fundo Estadual de Saúde criar um programa de compensação financeira para esses hospitais que estão sendo levados à falência.

Os hospitais filantrópicos deste estado, administrados por instituições religiosas, comunitárias são em número de 182, atendem a 70% do público usuário do estado. E são esses hospitais os mais prejudicados. Para cada R\$ 100,00 de despesas que têm com um paciente do SUS, recebem apenas R\$ 40,00. Isso cria uma defasagem muito grande. E, ao aprovar esse programa de compensação aos hospitais, a Assembleia Legislativa mostra sensibilidade e visão, pois se trata de uma questão de justiça para com essas

instituições que ao longo dos anos têm feito a diferença.

O pequeno hospital da pequena cidade de Santa Catarina é o responsável pelo primeiro atendimento ao usuário e sofre com a defasagem do sistema SUS, que lhe causa um prejuízo muito grande. Então, a Assembleia Legislativa, através da comissão de Finanças, nesta tarde, aprovando essa emenda, cria condições para que o governo do estado com o seu orçamento para o próximo ano, possa desenvolver um sistema de compensação incentivando ainda mais a melhoria da qualidade e a quantidade dos atendimentos do sistema SUS nos nossos hospitais.

Essa é uma medida de grande relevância e quero agradecer aqui a todos os deputados que aprovaram a emenda, que, com certeza, fará a diferença na melhoria da qualidade do atendimento hospitalar neste estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Quero inicialmente saudar todos os visitantes que estão na galeria desta casa, e de forma muito especial o secretário do desenvolvimento Regional de Brusque, sr. Jones Bosio, que está nesta capital justamente trazendo as reivindicações da região e dando encaminhamento a inúmeras ações que o governo desenvolve em toda aquela regional. Ele tem sido muito eficiente em dar prosseguimento a todas as intenções das lideranças da cidade e está fazendo uma grande interação entre os entes políticos.

Quero ainda cumprimentar o deputado Milton Scheffer que apresenta um projeto sugerindo ao governo do estado criar uma compensação aos hospitais filantrópicos que atendem pelo SUS. Esses hospitais realmente atendem a um grande volume da população deste estado, e de fato o custo dos procedimentos, seja nesta capital ou no interior do estado, é mais ou menos igual.

No hospital público, 20% dos custos vêm do SUS e 80% do governo. No hospital filantrópico o custo

é o mesmo, e 20% vêm do SUS, os outros 20% juntam de alguma maneira, através de doação da comunidade, fazendo rifa, jantar beneficente e tal, e o restante dos custos fica no rolo. Não existe nenhum hospital que, do ponto de vista financeiro, esteja bem, porque o que recebem do SUS apenas cobre 20% dos custos totais.

Na Bahia, o governador do PT implantou um hospital, o Hospital do Subúrbio, e, dos R\$ 150 milhões que gastou para manter o hospital, R\$ 30 milhões vieram do SUS e o restante do custo veio do próprio governo. Aqui, em Florianópolis, nos últimos cinco anos, o que o hospital recebeu corresponde a 20% do que o hospital gastou para fazer os atendimentos, e isso corre também nos hospitais do interior. Então, quem paga a conta acaba sendo os funcionários, que ganham pouco, os médicos, que prestam o atendimento e que o hospital não consegue pagar, pois os honorários médicos são recebidos pelo hospital em conta única e este não consegue repassá-los. E não é que não queira, mas é que primeiro paga-se a conta da lavanderia, do mercado, o salário dos funcionários, e depois, acaba o dinheiro. E daí os médicos e os anestesistas ficam dizendo que não fazem cirurgia pelo SUS porque não são pagos. E é verdade, porque o SUS pagou para o hospital, mas o médico não recebeu.

Hoje eu ouvi, na propaganda eleitoral, um candidato dizendo que há alguns anos havia a "ambulancioterapia" e agora já existe a "ônibusterapia" para transferir pacientes, e é um tema que temos abordado bastante. Mas eu queria saudar o reitor da Unoesc, professor Aristides, que é também o presidente da Acafe; e o reitor Sebastião Salésio, da Unisul, vice-presidente da Acafe.

Nós tivemos uma audiência com ele, justamente para abordar um tema muito importante, porque trata do financiamento do ensino superior. O Brasil entre os 80 países em desenvolvimento é o octogésimo, ou seja, é o último, perde para a China, para a Argentina, para a Bolívia, para o

Chile, para 79 países. Por quê? Porque nós investimos pouco na educação.

Santa Catarina ainda é um destaque nacional, porque aqui temos o tal do artigo 170 e o artigo 171, que nenhum outro estado tem, em que o governo coloca, através desse artigo, aproximadamente R\$ 130 milhões para financiar o ensino, ajudar os alunos mais carentes. Depois tem o Fiesc, que é uma operação de banco e que por isso muita gente usa, mas também tem uma limitação. E nós não temos um sistema próprio, abraçado pelo governo de financiar a educação, de financiar a formação universitária para tantos jovens. Nós temos mais de 300 mil jovens cursando em diversas faculdades privadas ou não, também no ensino a distância. E existem outros tantos jovens que nem tentaram cursar, porque não tem como pagar a faculdade. E hoje o artigo 170 ajuda os mais carentes. Uma família que recebe R\$ 1.100,00 já está fora, não ganha ajuda. Ora, como uma família que tem a renda de R\$ 1.200,00 vai pagar um curso que custa R\$ 700,00 ou mais?

Isso mostra que não temos um sistema alternativo que possa bancar, auxiliar os alunos que queiram fazer a faculdade. Por isso, estamos apresentando o Projeto de Lei n. 0215, em que esta Casa cria uma unidade de referência universitária. que é uma referência para quem faz a faculdade, transformando tudo que ele teria que pagar em número de unidades. Ao final do ano o estudante terá 100 ou 300 unidades e, ao final do curso, estará devendo 500 unidades, por exemplo. Quando ele se formar, quando ele estiver empregado, ele vai lá todo mês paga 10, 15 unidades, ou seja, até quitar sua dívida de unidades, usadas quando cursou a faculdade, sem juros, sem taxa de administração, sem cobrança de banco. E com isso, sr. presidente, imagino, seria possível, se o governo do estado todos os anos investisse R\$ 1 bilhão, em cinco ou seis anos, seriam muitos bilhões, R\$ 6 ou R\$ 7 bilhões. A Copa custou R\$ 30 bilhões.

Este ano o governo está gastando em obras de infraestrutura R\$ 11 bilhões, isso demonstra que

existe o dinheiro. É questão de dar prioridade, preferência e, quem sabe, fazer uma grande revolução.

Para concluir, essa unidade de referência universitária seria utilizada pelos alunos que quisessem fazer uma faculdade, crédito por crédito. E, ao terminar sua formação, ele pagaria. Seria mais ou menos como se fosse o CUB, da construção civil. A maior parte dos imóveis é financiado direto com o construtor pelo índice do CUB. E aqui na universidade também poderíamos criar um custo universitário básico, unidade de referência universitária, que seria para ele pagar depois de formado, já empregado. Tenho certeza de que essa unidade, que será corrigida e elaborada em parceria, conforme o projeto, pelos órgãos da educação, instituições, com a participação dos estudantes, enfim, unindo forças representativas tanto universitárias quanto do Ministério Público, será uma forma para garantir o financiamento de muitas pessoas que podem melhorar sua qualidade de vida. Eu acredito que isso será um instrumento legal para realizar o seu sonho.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Kennedy Nunes)-  
Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias e condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.